

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

A PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO URBANO NOS ESTUDOS DE LEBRET E DA SAGMACS

Michelly Ramos de Angelo (EESC/USP)

## **A Participação no Planejamento Urbano nos Estudos de Lebrete e da SAGMACS**

### **Resumo**

Este trabalho se inscreve no debate a respeito do pensamento urbanístico brasileiro entre 1940 e 1960 e tem como referência os estudos realizados pela Sociedade da Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), que se destacou neste período com a elaboração de pesquisas importantes sobre o planejamento urbano brasileiro. Coordenada pelo padre dominicano francês Louis-Joseph Lebrete e influenciada pelas idéias do movimento internacional *Économie et Humanisme*, a SAGMACS atuou em diversas cidades brasileiras entre 1940 e 1960. Observamos, em seus estudos a introdução de questões relacionadas à participação no planejamento urbano que vêm, por um lado, de uma matriz sociológica e, também, a partir de uma orientação religiosa. Neste trabalho buscamos examinar essas duas influências principais sobre o pensamento lebreteano. Para essa verificação utilizamos estudos do Pe. Lebrete e da SAGMACS e a produção bibliográfica do período em questão.

## **Introdução**

Ao nos aproximarmos dos trabalhos desenvolvidos pelo Padre Louis-Joseph Lebret junto à Sociedade da Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), observamos várias contribuições relacionadas ao estudo das cidades que chamam atenção por suas características inovadoras para o contexto em que foram desenvolvidas. Dentre elas destacamos, neste estudo, o reconhecimento, pela SAGMACS, da existência de diferentes grupos – Estado, técnicos e população – cuja participação interfere no desenvolvimento regional. É importante destacar que em muitos estudos da SAGMACS temas como democracia, participação, comunidade e cooperação entre população, poder público e técnicos aparecem com bastante frequência<sup>1</sup>.

Será neste ponto que vamos delimitar a discussão deste trabalho, especificamente na identificação de como foram introduzidas, por Lebret e pela SAGMACS, questões relacionadas à participação, sobretudo no planejamento urbano. Desta forma é possível examinar duas influências principais sobre o pensamento lebreteano: a primeira relaciona-se à matriz sociológica do Pe. Lebret – fundador da SAGMACS e principal influência no grupo. Vai ser a partir do aperfeiçoamento do método de pesquisa sociológico herdado por ele que poderemos compreender como a sua coleta de dados privilegiava a participação. A segunda, diz respeito à “democracia cristã” difundida nos círculos católicos, procurando entender em que medida a preocupação social canalizava em participação ou em assistencialismo. É importante destacar que não encontramos nos textos de Lebret ou da SAGMACS uma definição do que para eles significava participação, mas o termo é utilizado e notamos que pode ser identificado por suas influências sociológica e religiosa e formalmente aplicadas através do método empregado em suas pesquisas, como veremos adiante<sup>2</sup>.

Antes de iniciarmos nossa exploração, cabe chamar atenção para a trajetória de Lebret e sua influência no planejamento urbano brasileiro. Sua atuação de pesquisa e ação teve início na costa da Bretanha, na Europa, quando a mecanização das atividades pesqueiras e a repercussão da crise mundial desorganizaram o mercado internacional e influenciaram negativamente a economia local. A partir de sucessivos estudos sobre o litoral francês, europeu e o mercado internacional, Lebret deu início a uma carreira de análise sociológica e econômica, tendo como fim a ação, que no caso dos pescadores franceses, permitiu a consolidação de um sindicato por meio de cooperativas (LEBRET, 1969).

Foi dessa reação que o Pe. Lebret fundou o movimento *Économie et Humanisme*, com o objetivo de dirigir uma evolução técnica e econômica que pudesse favorecer a população mundial, estudar a realidade complexa, elaborar uma doutrina e organizar a coletividade para

aplicá-la. Assim, formou-se em torno de Lebret um grupo de estudos e de ação social que, com o lema de “Economia e Humanismo”, iria, mais a frente, alcançar uma notável influência, com repercussão inclusive no Brasil<sup>3</sup>. As pesquisas do movimento tinham também um conteúdo marcado pela ordem social cristã, o que também pode ser observado em alguns textos do Pe. Lebret, onde fica clara uma matriz discursiva relacionada à iluminação espiritual<sup>4</sup>.

O grupo francês liderado pelo Pe. Lebret tinha como objetivo a pesquisa e a ação e definia a economia humana, enquanto pesquisa, como disciplina especulativa e prática que permitiria a uma determinada população “passar de uma fase menos humana para uma mais humana”, o que corresponderia à satisfação das necessidades autênticas do homem em diversos planos: humano, intelectual, artístico, moral e espiritual (LEBRET, 1962a).

O Economia e Humanismo, como passou a ser chamado no Brasil, tomava como ponto de partida a noção de que, para interferir positivamente num ambiente ou numa sociedade com o objetivo de ajudá-la a encontrar seu equilíbrio e sua plenitude, era necessário conhecê-la a fundo. Esse conhecimento, por sua vez, só poderia ser alcançado por uma investigação minuciosa, objetiva e científica.

A cientificidade de Lebret e a multidisciplinaridade da equipe do Economia e Humanismo são mencionados por Siguan (1961), ao destacar que a atitude diante da investigação era a de conhecer a realidade humana, por princípio, complexa e diferente. Para isso, todas as ciências sociais que, de alguma maneira, estudavam o homem deveriam ser utilizadas, num esforço contínuo de integração. Segundo o autor, muitas pesquisas e estudos foram conduzidos com uma riqueza de meios e um rigor científico impressionantes.

No Brasil, o início da atuação do Pe. Lebret correspondeu a um período em que as preocupações com o crescimento acelerado da população mundial ainda não eram primordiais nas agendas políticas. Tanto na França como no Brasil, no pós-guerra, mesmo com níveis diferentes de industrialização, as taxas de urbanização eram relativamente baixas e existia um traço marcante de economia agrícola. Logo, a questão urbana ainda não se configurava e não era considerada prioridade nas agendas políticas; mas era preconizada pelo Pe. Lebret<sup>5</sup>. No caso brasileiro, o movimento se estabeleceu a partir da viagem de Lebret ao país e ao Uruguai, em 1947, quando manteve intenso contato com a realidade brasileira e pôde promover o intercâmbio entre o *Économie et Humanisme* e seus colaboradores com personalidades e equipes brasileiras<sup>6</sup>. Segundo Leme e Lamparelli (2001), foi na América Latina que esse contato imprimiu uma nova direção aos estudos do movimento, na medida em que incluiu a temática do subdesenvolvimento, tema que a partir dos anos 1950 se tornou dominante na atuação de Lebret<sup>7</sup>. A partir disso, foi fundado, em São Paulo, o Economia e

Humanismo e a SAGMACS, que, segundo Lamparelli (1998, p.281), foi “uma instituição pioneira de consultoria, que iria, durante 16 anos, realizar um conjunto significativo de pesquisas e estudos”, cujos resultados influenciaram inúmeros profissionais do planejamento urbano e regional da época.

O método de trabalho do Pe. Lebret<sup>8</sup> e da SAGMACS se contrapôs às idéias da época, já que reformulava as tradicionais maneiras de pensar e intervir nos complexos urbanos e regionais. Com base nesse método, o conceito de organização de espaço evoluiu para o *l'aménagement du territoire* que, por sua vez, concebia as unidades de análise e intervenção a partir das comunidades de base em suas unidades territoriais elementares que se integravam progressivamente em unidades regionais, nacionais e internacionais. Lamparelli afirma que o método de pesquisa se diferenciava dos demais por partir da região e da população para identificar as aglomerações e as condições de vida urbana, enquanto os demais, ao contrário, partiam da cidade e de seus elementos construídos para considerar a população (LAMPARELLI, *op. cit.*).

Criada em 1947 pelo Pe. Lebret, a SAGMACS foi influenciada pelo pensamento do Economista e Humanismo e esperava que, através das pesquisas e da divulgação de seus resultados, houvesse a elevação do nível de consciência das desigualdades sociais. Por sua vez, essa conscientização alimentaria o conhecimento científico e o planejamento governamental, e então seria formado um novo quadro de planejadores (LAMPARELLI, *op. cit.*).

No início de suas atividades no Brasil, a SAGMACS enfatizou análises sobre a cidade de São Paulo, que naquele momento tinha uma população de mais de dois milhões de habitantes e passava por intenso processo de industrialização. A capital paulista se caracterizava pela expansão de sua área urbana, pela ocupação periférica enquanto estratégia de moradia para a população de baixa renda e pela intensa verticalização. A nova configuração da cidade, o uso excessivo do espaço urbano e a proliferação de arranha-céus, indústrias e comércio ocupavam lugar de destaque no debate urbanístico paulistano. Nesse período, surgiram vários estudos sobre a concepção a respeito do urbanismo, que se intensificaram e especializaram na década seguinte. Dentre eles, tiveram destaque os trabalhos elaborados pela SAGMACS – que influenciaram muitos urbanistas paulistanos e profissionais de outras áreas, como a Sociologia e a Economia. Além de São Paulo, a SAGMACS também atuou em outras cidades brasileiras que, no período em questão, constituíam importantes centros urbanos, como Recife, Belo Horizonte e Rio de Janeiro – chegando, inclusive, a manter escritórios nessas capitais.

Com atuação voltada para a questão urbana, vista sob uma perspectiva regional, a SAGMACS considerava que o planejamento poderia proporcionar às cidades a possibilidade de se desenvolverem socialmente e economicamente (LEBRET, 1969). A pesquisa era o ponto de partida das propostas de planejamento urbano elaboradas pela instituição<sup>9</sup>, com destaque para a metodologia utilizada pelo Economia e Humanismo.

O período em que a SAGMACS atuou é considerado por Lamparelli (1998, p.284) como “extremamente rico de experiências e inovações na prática do planejamento urbano e, por isso mesmo, merecedor de maiores explorações”, tornando-se “especialmente importante identificar melhor as posições teórico-metodológicas de algumas experiências, a fim de não serem confundidas apressadamente com certas posições muito criticadas dos períodos subseqüentes”. O autor destaca ainda que vivenciou, particularmente entre 1954 e 1964, uma fase inicial do planejamento urbano democrático, quando houve “intensa busca de suas bases científicas, certamente discutíveis, com princípios éticos e escalas de valores louváveis, com escassa experiência política e com técnicas eficientes para a época, tendo em vista as teorias disponíveis” (LAMPARELLI, *op. cit.*, p.295).

Quando o Pe. Lebrecht deu início às suas atividades no Brasil, o urbanismo no país era marcado, principalmente, pela elaboração de planos que tinham como objeto o conjunto da área urbana da época, pela formulação das primeiras propostas de zoneamento, e pela criação de órgãos voltados para o planejamento urbano como parte da estrutura administrativa das prefeituras das principais cidades. A partir dos anos 1950 tiveram início os planos regionais, que abrangeram a nova realidade que se configurava naquela época: a migração campocidade, o processo crescente de urbanização, o aumento da área urbana e conseqüente conurbação (LEME, 1999).

Ao tratar do urbanismo paulistano da década de 1950, Meyer (1991) faz alusão à atividade reflexiva, crítica, projetual, e também normativa daquele período, que tinha como objetivo intervir no processo de crescimento e transformação da metrópole. Alguns trabalhos são considerados “importados”, o que demonstrava, segundo a autora, a absorção direta de conhecimento e práticas internacionais, que, na verdade, apenas completavam um quadro de referências já inteiramente comprometido com o pensamento urbanístico internacional. A contratação de especialistas incluiu de diversas formas urbanistas estrangeiros, onde, em alguns casos, a atuação técnica se somava à atividade política e social, como foi o caso do Pe. Lebrecht<sup>10</sup>.

O contexto político estava marcado pelo ideal desenvolvimentista, pois o projeto de constituição da Nação havia se deslocado para o eixo econômico; conseqüentemente, a urbanização das cidades passou a ser vista como um dos aspectos do desenvolvimento. De

acordo com Ribeiro e Cardoso (1994, p.86), “na medida em que o processo de urbanização passa a ser um dos elementos fundamentais da modernização – seja como positividade, seja como ‘efeitos perversos’ –, o urbanismo é acionado como instrumento importante na formulação de diagnósticos sobre os problemas urbanos”. Ao longo do período surgiram várias concepções que pretendiam estabelecer parâmetros possíveis para a intervenção sobre o urbano, dentre as quais se destacou o *humanismo lebreiano*.

A primeira pesquisa realizada pela SAGMACS, intitulada *Problemas de desenvolvimento: necessidades e possibilidades do Estado de São Paulo*, foi contratada pela Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, em 1951. Cinco anos depois, a SAGMACS foi novamente contratada – dessa vez, pelo prefeito de São Paulo, Wladimir de Toledo Pizza (1956-1957) – e desenvolveu a pesquisa *Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana*. Este trabalho foi realizado por meio de um levantamento de campo exaustivo que utilizou as técnicas de pesquisas presentes nos estudos do Pe. Lebre: observação e contagens diretas, questionários e entrevistas. A pesquisa deveria “orientar as legislações urbanísticas de loteamentos, zoneamentos e políticas de adensamentos, como instrumento contra a desorganização urbana, insuficiência de espaços públicos e coletivos, contra a dispersão demográfica e outras ‘anomalias’ identificadas” (LAMPARELLI, 1998, p.290). Além desses, são outros importantes estudos realizados pela SAGMACS: *Aspectos Humanos da Favela Carioca: estudo sócio-econômico*; *Estrutura Urbana de Belo Horizonte*; *Ipatinga e seus problemas sócio-econômicos: relatório preliminar*; *Organização dos serviços públicos do estado do Paraná*; *Estudos para uma política habitacional*; *Prospecção dos problemas de desenvolvimento de Ubatuba* (SAGMACS, 1960; 1958b; 1961; 1963a; 1963b; 1964).

Muitas das propostas da SAGMACS não foram efetuadas ou mesmo publicadas, o que pode estar diretamente relacionado tanto às condições políticas impostas na época, como à hegemonia de outros pressupostos. Como ressalta Grostein (2004), em relação ao *Estrutura Urbana da Aglomeração Paulistana*, foi “engavetado”, não foi debatido e nem incorporado numa reestruturação urbana. Porém, esse insucesso no que diz respeito ao apoio político não diminuiu a motivação dos participantes da SAGMACS, pois o ideário do Pe. Lebre já havia influenciado a equipe. Para Villaça (1999, p.219) a pesquisa da aglomeração paulistana foi, provavelmente, “a maior pesquisa urbana jamais realizada no país”. Destaca que são significativas as idéias do prefeito Wladimir de Toledo Pizza, responsável pela contratação desta pesquisa, a respeito do “conhecimento da cidade”. O prefeito, segundo Villaça, “contratou tão somente uma pesquisa, não um plano”. Porém, ressalta que “essa pesquisa teve o mesmo destino dos planos: a gaveta”.

Segundo Leme e Lamparelli (2001), a formação e atuação dos escritório da SAGMACS se transformou numa nova vertente do urbanismo no Brasil. Primeiro, porque foi composta a partir de princípios urbanísticos diferentes das concepções vigentes até aquele momento. Segundo, porque se formou em um meio diferente não apenas em termos técnicos, mas principalmente em políticos e ideológicos. Foi com a sua entrada em novas esferas de atuação – tanto na administração pública, no governo do estado, como na formação dos grandes escritórios de planejamento na década de 1960 – que a SAGMACS começou a se diluir, representando o golpe militar de 64 a ruptura definitiva desta experiência<sup>11</sup>.

Considerando o período no qual a SAGMACS atuou, seja pelo ideário difundido pelo Pe. Lebet, seja pelos trabalhos desenvolvidos, a instituição pode ser considerada inovadora em três pontos: ao estudar as necessidades e possibilidades para se planejar o desenvolvimento; ao estabelecer como unidade de análise o município, pois reconhecia escalas e dimensões regionais que este poderia afetar; e ao reconhecer Estado, técnicos e população como grupos cuja atuação poderia interferir no desenvolvimento regional.

Na exploração deste último ponto identificamos questões relacionadas à participação no planejamento urbano que vêm, por um lado, de uma matriz sociológica e, também, a partir de uma orientação religiosa. Neste trabalho buscamos examinar essas duas influências principais sobre o pensamento lebetiano.

### **A participação pela matriz sociológica de Lebet**

O primeiro aspecto que vamos destacar relaciona-se à metodologia científica utilizada nos estudos urbanos e regionais coordenados por Lebet. Seu método de pesquisa de levantamento foi herdado de sua matriz sociológica, Frédéric Le Play, e de seu continuador, Abbé Henri de Tourville<sup>12</sup>. Segundo Valladares, o interesse de Lebet pelas ciências sociais remetia a uma trajetória cultural e profissional bem diversa da trajetória acadêmica francesa que tinha a tradição durkheimiana. Na época em que Lebet atuou no Brasil, tanto Le Play como Tourville não eram reconhecidos pelos brasileiros como legítimos representantes da sociologia francesa. Nesse sentido, Savoye (1981) destaca que a obra de Le Play ficou por muito tempo desconhecida – não somente no Brasil – e até mesmo ignorada pela tradição sociológica. Lebet viu no método de pesquisa sociológica o instrumento essencial para se compreender a realidade e transformá-la. Esta ligação através do método social de Le Play pode ser verificada não somente pela descrição minuciosa de um método de pesquisa social, mas também por um forte conteúdo relacionado à participação.



O método desenvolvido por Le Play era alternativo à estatística social utilizada<sup>13</sup>. Propôs, para o estudo das famílias operárias, um método em três etapas: primeiro observou os fatos particulares relativos a uma única família ou a um número pequeno delas; a partir desse micro-estudo extraía, por indução, proposições gerais. E, por último, submetia suas conclusões a um grupo de “entendidos”, formados, na maioria das vezes, por notáveis locais como, por exemplo, prefeitos, médicos e tabeliães. A particularidade desses entendidos era pertencerem tanto ao universo observado pelo método quanto ao do observador erudito. Dessa forma, permitiam a validação das proposições iniciais e rompiam a circularidade de uma observação particular (LEPETIT, 2001).

Dessa forma, podemos, de maneira geral, resumir sua prática científica como compreendendo: o estudo sistemático de uma unidade micro-social, como a família operária por ele estudada, por exemplo; a observação direta de um grupo de famílias para uma análise comparativa; e um método quantitativo complementado pelo qualitativo aplicado às famílias estudadas para medir suas vidas sociais. Le Play é considerado pioneiro no campo da metodologia das ciências sociais, sobretudo no que diz respeito ao estudo dos orçamentos de família e de padrão de vida. A moral cristã seria, de acordo com o sociólogo, a base mais sólida da organização social.

Em relação às aproximações entre Le Play e o Pe. Lebreton, Pelletier<sup>14</sup> (1996 *apud* LEME, 2000) compara quanto às suas formações e métodos de pesquisa. O paralelo que se destaca é que foram as duas figuras maiores da tradição de um pensamento econômico católico, mesmo que com um século de intervalo entre eles. O autor recusa a idéia de uma influência direta de Le Play sobre Lebreton, que raramente citou o sociólogo, e destaca que esse silêncio poderia ser atribuído ao fato de Lebreton não querer adotar posições mais conservadoras.

Dentre as semelhanças em suas obras e trajetórias, Pelletier destaca que ambos tiveram origem no meio católico, rural, portuário e passaram por uma formação científica de engenheiro (Politécnica e Minas para Le Play e Naval para Lebreton). Foram também viajantes e elaboraram, à margem da universidade, uma ciência social subordinada à ação imediata. Também construíram modelos científicos para o conhecimento da sociedade apoiando-se nas ciências naturais. Apoiaram-se na moral católica que se reivindicaria como empírica, e têm a mesma ênfase sobre a pesquisa monográfica que constituiria no conhecimento íntimo do objeto de estudo.

Em relação às diferenças nas formas de pesquisa, Pelletier também destaca pontos essenciais: a pesquisa do Economia e Humanismo era elaborada na tensão entre o qualitativo e o quantitativo; entre a monografia e a estatística. O método definido por Le Play, a partir das

pesquisas das famílias, procurava chegar a uma tipologia das famílias européias, e utilizava o método indutivo e uma passagem do particular para se chegar ao geral. Ao contrário, as pesquisas do Economia e Humanismo não procuravam os “tipos” de famílias, mas através do confronto entre múltiplos estudos de casos analisavam as causas do desaparecimento das comunidades e investigavam as doenças da sociedade urbana moderna.

O autor ainda ressalta que as pesquisas do Economia e Humanismo tinham um forte conteúdo normativo e moralizador influenciado por uma ordem social cristã. Porém esse viés ruralista, marcado pelo ideal comunitário e cristão da primeira fase do Economia e Humanismo foi substituído por um movimento de laicização. O ideal de uma família cristã organizada permaneceu apenas nos manuais, mas desapareceu na formulação da pesquisa e na interpretação da informação coletada.

Até aqui verificamos, então, a aproximação de Lebreton a uma matriz sociológica, sobretudo por aspectos vinculados a um ideal cristão e científico. Notamos, dessa forma, um conteúdo de participação relacionado à coleta de dados, quando, por meio da utilização de questionários, observações diretas e entrevistas, ambos tentam extrair informações que levem a um diagnóstico e, por fim, a uma ação de reforma social. Neste ponto, cabe destacar o confronto que Le Play realizava para garantir resultados mais confiáveis. Como destacamos anteriormente, suas proposições iniciais eram submetidas a um grupo de “entendidos” que participavam do mesmo universo pesquisado. A partir dessa triangulação, entendemos que o método social utilizado, embora indutivo a princípio, partia também de uma demanda que era local.

O mesmo identificamos nos estudos realizados pela SAGMACS. A estratégia era estudar a cidade como parte da região e em função dela. Dessa forma, as unidades de análise e intervenção eram concebidas a partir das comunidades de base em suas unidades territoriais elementares, que se integravam progressivamente em unidades regionais, nacionais e internacionais. A partir da unidade elementar – a região e sua população – eram identificadas as aglomerações e as condições de vida urbana. Leme (2000) destaca que esta era a diferença fundamental dos estudos urbanos e regionais realizados até aquele momento em que a região era entendida como uma extensão da cidade.

A descrição do método utilizado pela SAGMACS encontra-se no *Guide pratique de l'enquête sociale* (LEBRET, 1958)<sup>15</sup>, onde Lebreton constrói um quadro orgânico, abrangendo em todos os seus elementos o sistema de pesquisa. Segundo Delorenzo Neto (1960) “o vigor que se empresta à interpretação e a utilização conjugada de elementos gerais das ciências sociais, deram à pesquisa, antes considerada mero processo ou técnica, um alcance cultural incomum”. O autor destaca que Lebreton ultrapassou o método comparativo e modernizou a

orientação sociológica delineada por Le Play. Do ponto de vista doutrinário, o movimento francês *Économie et Humanisme* tentou corrigir a interpretação materialista dos fenômenos sociais, sustentando que são inseparáveis os fatores econômicos dos sociais.

Para a pesquisa o que importava era discernir o objetivo principal da análise, que segundo Delorenzo Neto (1960, p.308) era “revelar o grau de *necessidades* humanas e as *possibilidades* de atendê-las. E, de tal sorte que as *intervenções* possam favorecer, para o conjunto da população, uma vida em ascensão, isto é, na plena posse dos recursos técnicos e de civilização”.

Em seu método, em relação à participação, destaca-se, a partir das necessidades apontadas por ele, as que ele denominava de *superação*, cuja satisfação caracterizava um alto grau de civilização cultural e espiritual. Tal necessidade se encontrava em terceiro lugar quando relacionada às necessidades *essenciais* e de *facilidade ou conforto*. A partir do conhecimento dessas necessidades tornava-se possível determinar aquilo que era necessário fazer para melhorar a condição dos homens.

A partir do levantamento das necessidades e possibilidades era possível perceber as exigências do bem social ou bem comum, que compreendiam os equipamentos materiais, os elementos intelectuais, os morais e os espirituais. Portanto, não se tratava de mero conhecimento para assistência social, mas de averiguar necessidades e possibilidades para se romper uma condição menos humana, sendo, pois, a mais humana uma elevação de nível de vida relacionada às questões materiais e imateriais.

A metodologia desenvolvida por Le Play fundava-se, numa fase preliminar, no contato global da realidade a ser estudada, passava pelas entrevistas individuais, coleta de dados, exploração, representação gráfica e interpretação. No *contato global* as unidades de análise eram distribuídas aos pesquisadores, que se dividiam em duplas e percorriam uma unidade para perceber sua estrutura global. No *caderno de notas* eram registrados os nomes das pessoas entrevistadas, os endereços, as observações, as dificuldades encontradas, dentre outras informações. O *diário do pesquisador* era preenchido individualmente após a coleta, e continha a data e o relatório dos atos da pesquisa, com observações e informações de nomes e endereços obtidos nas coletas. A *coleta de dados* era realizada a partir de observação direta, da leitura da documentação existente, e da comparação das entrevistas – individuais ou coletivas – “realizadas com pessoas de competências diferentes ou pontos de vista diversos”<sup>16</sup>. Os *questionários* forneciam o material para a análise qualitativa, onde cada elemento (como nível de recreação, equipamento cultural, escolar, etc.) tinha um peso em função dos fatores apontados. A fase de *interpretação* era realizada sobre os dados coletados e os documentos

elaborados durante a exploração. Concluída a interpretação era conduzida a fase de *intervenção*, esta, mais demorada, geralmente era de competência do governo (DELORENZO NETO, 1959).

Com a descrição do método de Le Bret destacamos, como dito anteriormente, o mesmo aspecto relacionado à participação encontrado em Le Play vindo de um conteúdo reformador católico e científico. Identificamos que Le Bret trata de termos como co-participação da população e sua cooperação com o poder público e técnicos na construção do desenvolvimento urbano<sup>17</sup>, pontuados na aplicação do método investigativo. Isso nos leva a considerar que o método utilizado pela SAGMACS dava atenção aos interesses da população local e às potencialidades da região, na medida em que utilizava instrumentos de coleta de dados baseados em observações diretas e entrevistas<sup>18</sup>. Porém, cabe ressaltar que seus informantes eram grupos restritos, ditos *competentes com pontos de vista diversos*.

Uma crítica relacionada a essa investigação das condições da população e seu (des)conhecimento por ela é levantada por Moreira (LAMPARELLI *et al.*, 1981) ao destacar que o conteúdo ideológico trazido por Le Bret procurava avaliar efetivamente as necessidades da população, isto é, conhecer a população em seus problemas e, a partir daí, elaborar propostas. Segundo o autor, isso não era uma resposta política, e sim técnica, pois enquanto o problema não existisse como desejo da população de resolvê-lo, ele não poderia ser um problema político. Dessa forma, não existia necessidade nem como política, nem como poder de reivindicação, nem como desejo de resolver determinado problema pela própria população.

Embora Le Bret tivesse o anseio de que a partir do conhecimento de sua própria situação a população atingisse um padrão de interesse pela mudança de seu cotidiano, observamos que essa militância mais se aproximava dos técnicos do que da população ou do Estado. Mesmo que seu método e sua doutrina buscassem esse ideal, na prática a politização veio por um outro grupo, o dos técnicos que atuaram na instituição.

### **Conteúdo religioso e progressista da participação: a influência da “democracia cristã”**

O segundo aspecto que queremos destacar é que a idéia de participação vinha de um conteúdo religioso progressista. O *humanismo lebreiano* pode ser identificado como um padrão desenvolvido a partir da influência significativa exercida no Brasil pelo Pe. Le Bret, principalmente nos círculos católicos progressistas que tentaram articular um movimento pela “democracia cristã” nos anos 1950, cuja característica principal foi trazer para o centro do debate a questão social (RIBEIRO e CARDOSO, 1994). Como Le Bret propunha uma

alternativa humanista e solidária para solucionar os problemas sociais, atraía, desta forma, jovens católicos brasileiros e grande parte da elite envolvida na busca de uma via antiimperialista e anticomunista que permitisse mudanças sociais e desenvolvimento econômico.

Segundo Berbel (1991), a partir dos anos 1950 houve o desenvolvimento de movimentos de Ação Católica junto a setores da sociedade sob a bandeira do desenvolvimento e pelas Reformas de Base. Este engajamento militante, associado à sensibilidade de alguns bispos considerados progressistas, favoreceu a modificação de um período anterior em que a Instituição havia passado por uma forte crise, ressentindo-se pela perda de sua influência. Posteriormente, entre os anos 1960-62, a Juventude Universitária Católica (JUC) apontava a necessidade de um projeto junto aos setores desprivilegiados da população, utilizando da literatura marxista<sup>19</sup>. Michel Löwy (1989) diz ser esta uma experiência precoce no Brasil, e que aconteceu devido a tradicional influência da Igreja e da cultura católica francesa no país – contrariamente ao resto do continente. A teologia francesa do pós-guerra tinha a interferência direta de dois representantes do catolicismo francês progressista sobre a JUC nos anos 60: Pe. Lebret e Emmanuel Mounier.

Segundo o autor, Lebret, embora hostil ao marxismo, utilizava categorias da economia marxista em seus estudos, e reconhecia no socialismo uma reação pelo homem contra o capitalismo enquanto sistema humano. Mounier teria um posicionamento mais radical, pois rejeitava o capitalismo e considerava que os cristãos poderiam aprender muito com o marxismo.

Segundo Löwy, as aproximações da teologia progressista católica com o marxismo vão desde o princípio da libertação dos trabalhadores – pobres – a partir de si mesmos, sendo, dessa forma, a ação dessas classes o elemento central dessa nova teologia. Valores comunitários, opções éticas – como a solidariedade com os pobres –, e utopias do futuro – como uma sociedade sem exploração nem opressão, por exemplo –, eram a expressão dessa aproximação. Cabe destacar que existia uma incorporação seletiva de aspectos da teoria marxista pelos teólogos, pois rejeitavam outros aspectos como o ateísmo, o materialismo cosmológico, a crítica da alienação religiosa, dentre outros.

Valladares (2005), ao estudar a atuação da Igreja Católica nas favelas do Rio de Janeiro, cita que a mobilização da Igreja sobre as questões das favelas começou a partir dos anos 1940 por movimentos distintos em relação às atividades e no próprio pensamento em relação à intervenção. Enquanto a Fundação Leão XIII, criada em 1947, da ala conservadora da Igreja, tinha a intenção de não deixar espaço para o crescimento dos comunistas<sup>20</sup>, a Cruzada de São Sebastião, criada por D. Helder Câmara em 1955, tinha como princípio o

desenvolvimento comunitário, e dela fazia parte a ala esquerda da igreja. O princípio que inspirava a sua ação era de que sem a participação dos principais interessados, nada poderia dar certo. Valladares cita que a difusão dessa nova perspectiva no Brasil, entre o final dos anos 1940 e início dos anos 1950, aconteceu através da conjunção de vários processos, como a influência da Igreja progressista francesa sobre a Igreja brasileira; o modelo de desenvolvimento comunitário promovido pelos organismos internacionais; a presença da preocupação quanto ao desenvolvimento comunitário nas escolas de assistência social; e as ações públicas para formação de adultos, sobretudo nas comunidades rurais. Lebret vai fazer parte dessa última ala da igreja, e influenciar a juventude católica, especialmente a JUC, como destacamos anteriormente.

A convicção da ala esquerda da Igreja em sua atuação no Rio de Janeiro era de que as favelas deveriam ter direito a uma representação política, e não somente ser um espaço de intervenções administrativas. Dessa forma, se transformaria em comunidade de base, tendo a família como célula fundamental e a vizinhança como garantia de coesão social. A comunidade, conseqüentemente, iria inserir e proteger os indivíduos e seria a forma intermediária de representação coletiva, tendo a ver com responsabilidade e democracia participativa (VALLADARES, 2005).

Vimos que o pensamento de Lebret reflete um humanismo cristão ancorado no pensamento social da Igreja. Tal concepção de desenvolvimento comunitário pela ala esquerda da Igreja, longe de ser assistencialista, destacava-se pela opção em formar líderes naturais locais, se aproximando de um ideal de autonomia e participação.

Dessa forma, o apelo cristão ao bem-comum se relacionava também à dimensão política, onde o cidadão teria a possibilidade de participar em sua comunidade de base. Compreendemos que assim como a Igreja tinha um papel determinante no desenvolvimento harmônico anunciado por Lebret, outros grupos, como o Estado e a própria comunidade, deveriam cumprir as demandas que lhes cabiam. Essa dimensão fica clara em sua obra *Manifesto por uma civilização solidária* (LEBRET, 1962a), ao revelar que a meta de seu trabalho era despertar atitudes positivas de consciência para que a História fosse modificada em benefício dos homens. Para atingir esse fim eram importantes os movimentos de ação, e destacava o movimento operário e o movimento rural.

### **Considerações finais: os técnicos e o ideal de participação**

Observamos, em primeiro lugar, que havia na metodologia desenvolvida por Lebret uma inserção de questões relacionadas à participação. Percebemos isso de forma mais clara na

coleta de dados nas unidades de análise. Em segundo lugar observamos uma opção progressista muitas vezes ligada a teorias marxistas, no discurso de uma melhoria de vida da população a partir de uma revolução realizada por ela mesma – tendo a formação sociológica e religiosa deste grupo contribuído para isso. Destacamos aqui que ambas as questões se inter-relacionam de tal forma que de nada valeria um ideal de politização se não fosse esclarecido o meio pelo qual fosse possível realizá-lo. Dessa forma, ao estudar necessidades e possibilidades para fornecer subsídios para um desenvolvimento harmônico, estava implícita a satisfação moral, intelectual, social, política e cultural do cidadão. Se por um lado observamos o método como um caminho para se atingir tal padrão, por outro, podemos sugerir que a chave dessas satisfações era a cooperação dos diferentes grupos – Estado, técnicos e população.

A partir do estudo destes dois pontos podemos destacar uma relevante consideração: para o Pe. Lebret e para a SAGMACS cada grupo tinha um importante papel. Seria somente através de uma nova dimensão humana, capaz de criar uma ordem social a ser aplicada por uma teologia da prática política, é que seria concretizada a ação solidária (LEBRET, 1960). Essa nova dimensão humana viria, em primeiro lugar, por meio do levantamento das condições reais e suas transformações – pelo estudo e ação – que resultaria na satisfação das necessidades do homem, fazendo deles indivíduos participantes. Viria também a partir de uma consciência moral e política aplicada pela teologia, que, nesse caso, estaria diretamente relacionada à prática política.

Lebret apresenta o pensamento social da Igreja e propõe uma nova civilização da solidariedade entre classes e entre nações. Para ele não seriam os governos ou as organizações políticas e econômicas aqueles que deveriam isoladamente atuar. Ele entendia que toda pessoa deveria conhecer os problemas de sua vida e das relações com o meio em que vive, para buscar a transformação pessoal, comunitária e social. Observamos, dessa forma, que a transformação social viria a partir do conhecimento pessoal da própria condição humana, com a participação dos próprios interessados.

A partir da análise de alguns documentos da SAGMACS foi possível detectar que o papel atribuído aos diferentes grupos estava diretamente relacionado à influência ideológica do movimento Economia e Humanismo e do Pe. Lebret que tinham como concepção de “participação” a atuação política, social e técnica. Em relação aos técnicos, a partir de sua própria atuação, a SAGMACS apontava seu objetivo, o de levantar informações e realizar estudos que pudessem subsidiar a atuação dos governos (SAGMACS, 1954; 1958a). O Estado, visto aqui como órgão municipal, deveria dar continuidade aos planos elaborados – no caso, pela SAGMACS – construindo plano geral ou diretor. Em São Paulo, por exemplo, a

instituição procurou não interferir nas atribuições do Departamento de Urbanismo e da Comissão do Plano Diretor da Cidade, pois, segundo a SAGMACS, estes possuíam excelentes trabalhos (SAGMACS, 1958a).

Em relação à população, suas atribuições ficam claras no estudo intitulado Revisão Agrária de São Paulo (SAGMACS, 1962), onde a co-participação e a cooperação da comunidade no desenvolvimento são consideradas como fundamentais. Seja pela metodologia ou pelo ideário da SAGMACS, é apontada a questão da consulta popular num eficaz estudo de desenvolvimento urbano regional.

O estudo Estrutura Urbana de Belo Horizonte (SAGMACS, 1958b) é um exemplo de como a SAGMACS enfatizava a cooperação entre Estado, população e técnicos. Leme (1999) destaca que este estudo trazia propostas que tinham como base um plano de desenvolvimento econômico e social da região centrado na cidade; um plano diretor como instrumento de política pública; a defesa de um processo contínuo de planejamento, com descentralização no plano do governo e desconcentração do plano funcional ou técnico; e apontava para as novas relações de cooperação entre cidadãos e poderes públicos e entre esferas municipal, estadual e federal de governo.

Lamparelli (1998) destaca que os estudos de planejamento realizados pela SAGMACS envolviam, obrigatoriamente, o conhecimento e intervenções de natureza política, social, econômica e administrativa, além da urbanística<sup>21</sup>. Visto como um exercício de política para muitos técnicos que atuaram na SAGMACS, o planejamento, dessa forma, tinha como mediação entre Estado e população os profissionais que atuavam no campo do planejamento urbano e regional, o que nos leva à suposição de que muitos técnicos desempenharam o papel de difusores das idéias defendidas pela SAGMACS ao longo dos seus trabalhos desenvolvidos no Brasil.

Amaral (2001), por exemplo, ao descrever a atuação das assessorias técnicas na produção de habitação social, afirma que desde o final dos anos 1950, em São Paulo, nos meios profissionais ligados à área de habitação e política urbana, já se colocava a perspectiva de trabalho dos técnicos junto às classes sociais de menor renda, o que inspirou outros movimentos político-sociais. Muitas vezes, esses técnicos serviram como mediadores entre Estado e moradores de habitações precárias. Além da presença de técnicos nos períodos subsequentes, observa-se a presença constante da Igreja, ou como forma de assistir a população carente, ou como mediadora entre Estado e população. Neste caso, cabe ressaltar a atuação de militantes católicos participantes da SAGMACS<sup>22</sup>.



Leme e Lamparelli (2001, p.682) destacam que essa dupla inserção profissional – ao mesmo tempo técnica e militante – foi uma das relevantes contribuições da SAGMACS para o quadro técnico profissional brasileiro, uma vez que formava “um profissional engajado tanto no conhecimento profundo de cada situação urbana como também comprometido com a sua transformação”. Além disso, destacamos a importância conferida no preparo dos pesquisadores para realizarem os estudos da SAGMACS. De maneira importante a SAGMACS interferiu na formação de sociólogos, urbanistas, economistas, dentre outros profissionais no período de sua atuação no Brasil. Vários dos nomes que participaram da instituição tornaram-se personalidades que atuaram em outras instituições de urbanismo e no meio acadêmico em vários estados do país. Muitos deles, influenciados pelo ideal do movimento Economia e Humanismo.

Por fim, concluímos que a participação dos grupos sociais – aqui compreendida como representação ligada à ação prática e a seus imperativos –, ocorreu ora na participação de um grupo específico, o dos técnicos, ora no emprego do método investigativo, cujo conteúdo deveria focar o modo de vida do cidadão. Este último acontecia na medida em que dava atenção aos interesses da população local e às potencialidades da região, por meio do roteiro, no contato global do conjunto, e nos instrumentos de coleta de dados baseados em observação direta e entrevistas.

Compreendemos que a participação anunciada pela SAGMACS se aproxima de um discurso posterior, dos anos de 1960. Seu conceito, embora amplo, pode indicar a natureza e o grau de incorporação do indivíduo em um grupo, sociedade ou instituição, expresso na intensidade, categoria e natureza dos contatos que mantém com os demais. Relaciona-se, também, às dimensões política, social e econômica.

As bases da participação apresentadas por Le Bret, na verdade, instituíram a politização do planejamento no Brasil, ao passo que os técnicos que atuaram no planejamento urbano no país e em instituições de ensino tinham uma atuação técnica atrelada à militância. Podemos dizer, dessa forma, que foram os técnicos que atuaram na SAGMACS o grupo diretamente atingido pelo ideal de Le Bret sobre participação.

## **Referências:**

- AMARAL, Â. A. C. **Habitação, participação popular e cidadania**. 2001. 250f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- BERBEL, M. R. **Partido dos trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira, 1978-1980**. 1991. 147f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

DELORENZO NETO, A. O estudo sociológico da cidade. In: **Sociologia**, São Paulo: ESPSP, n.1, v. XXI, 1959. pp.3-22.

\_\_\_\_\_. Fundamentos sociológicos da planificação. In: **Sociologia**, São Paulo: ESPSP, n.4, v. XXII, 1960. pp.397-414.

GROSTEIN, M. D. Discussão sobre Grande SP teve início nos anos 50: Padre Lebrete foi um dos primeiros a pensar nos problemas nos arredores da capital. In: **O ESTADO DE SÃO PAULO**. 03 out. 2004. Nacional, eleições 2004. A13.

LAMPARELLI, C. Louis-Joseph Lebrete e a pesquisa urbano-regional no Brasil: crônicas tardias ou histórias prematuras. In: PADILHA, Nuno (org.). **Cidade e Urbanismo**: história, teorias e práticas. Salvador: FAU/UFBA, 1998. pp.281-298.

\_\_\_\_\_. (et al.). Debate em E & D: planejamento urbano, do populismo aos dias atuais. In: **Espaço & Debates**, São Paulo: NERU, n.4, ano I, 1981. pp.137-173.

LEBRET, L. J. **Dinâmica concreta del desarrollo**. Barcelona: Editorial HERDER, 1969. 440p.

\_\_\_\_\_. **Manifesto por uma civilização solidária**. São Paulo / Belo Horizonte: Livraria Duas Cidades, 1962a. 95p.

\_\_\_\_\_. **Manual de encuesta social**. Madrid: Ediciones RIALP, S.A., 1962b. v.2. 492p.

\_\_\_\_\_. **Manual de encuesta social**. Trad. Frei Benevenuto de Santa Cruz. Madrid: RIALP, S.A., 1961. v.1. 429p.

\_\_\_\_\_. **Suicídio ou sobrevivência do ocidente?: problemas fundamentais de nossa civilização**. São Paulo: Duas Cidades, 1960. 396p.

\_\_\_\_\_. **Guide pratique de l'enquête sociale**. Paris: Universitaires De France, 1958.

\_\_\_\_\_. **Princípios para a ação**. 2.ed. São Paulo: SAL, 1952. 92p.

\_\_\_\_\_. **Guia del militante**. Montevideo: Mosca Hermanos, 1950. v.1 e 2. 371p.

LEME, M. C. S. **Formação do urbanismo em São Paulo como campo de conhecimento e área de atuação profissional**. 2000. 195f. Tese de Livre-Docência – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Urbanismo no Brasil: 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel/FUPAM/FAU, 1999.

\_\_\_\_\_; LAMPARELLI, C. A politização do urbanismo no Brasil: a vertente católica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro, 2001. p.675-687. v.II.

LEPETIT, B. Arquitetura, geografia, história: usos da escala. In: SALGUEIRO, Heliana A. (org.). **Por uma nova história urbana: Bernard Lepetit**. São Paulo: EdUSP, 2001. pp.191-226.

LÖWY, M. Marxismo e cristianismo na América Latina. In: **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo: CEDEC, n.19, nov.1989. pp.5-21.

MEYER, R. M. P. **Metrópole e urbanismo**: São Paulo anos 50. 1991. 290f. Tese de doutoramento – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PELLETIER, D. **Economie et Humanisme. De l'utopie communautaire au combat pour le tiers monde: 1941-1966**. Paris: Ed du CERF, 1996

RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. In: **Espaço & Debates**, São Paulo: NERU, n.37, ano XIV, 1994. pp.77-89.

SAGMACS. **Prospecção dos problemas de desenvolvimento de Ubatuba**. São Paulo:SN, 1964.

\_\_\_\_\_. **Organização dos serviços públicos no estado do Paraná**. Curitiba: SAGMACS, 1963a.

\_\_\_\_\_. **Estudos para uma política habitacional**: Companhia Ferro e Aço de Vitória. São Paulo: SAGMACS, 1963b. 89p.

\_\_\_\_\_. **Revisão agrária de São Paulo**: estudo para plano de loteamento. São Paulo: SAGMACS, 1962. 92p.

\_\_\_\_\_. **Ipatinga e seus problemas sócio-econômicos**. São Paulo: SAGMACS, 1961.

\_\_\_\_\_. Aspectos humanos da favela carioca. **O Estado de São Paulo**. 13 e 15 abr. 1960 (Suplementos especiais)

\_\_\_\_\_. **Estrutura urbana da aglomeração paulistana**: estruturas atuais e estruturas racionais. São Paulo: SAGMACS, 1958a. 304p.

\_\_\_\_\_. **Estrutura urbana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PMBH, 1958b.

\_\_\_\_\_. Comissão Interestadual Bacia Paraná-Uruguaí. **Problemas de desenvolvimento, necessidades e possibilidades do estado de São Paulo**: estudo elaborado pela SAGMACS. São Paulo: SN, 1954. v.1.

\_\_\_\_\_. **Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1955.

SAVOYE, A. Les continuateurs de Le Play au tournant do siècle. In : **Revue Française de sociologie**. Paris : CNRS, n.3, ano XXII, 1981. pp.315-345.

SIGUAN, M. Presentacion. In: LEBRET, Louis-Joseph. **Manual de encuesta social**. Madrid: Ediciones RIALP, S.A., 1961. v.1. p.9-15.

VALLADARES, L. P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204p.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, C.; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP/FUPAM. 1999. pp.169-244.

---

<sup>1</sup> Em SAGMACS (1954; 1958a; 1962).

<sup>2</sup> Não é nossa intenção reproduzir definições de participação – uma vez que não foram identificadas nos trabalhos aqui analisados. Mas examinaremos as possíveis influências de Lebrét para o emprego de um discurso e de um método investigativo que se aproximava do participativo.

<sup>3</sup> Pelletier (1966) apud Valladares (2005) cita que o Brasil serviu como um verdadeiro campo de experimentação das idéias do *Économie et Humanisme*.

<sup>4</sup> Como o *Guia del Militante* (LEBRET, 1950); *Princípios para a ação* (LEBRET, 1952) e *Manifesto por uma civilização solidária* (LEBRET, 1962a).

<sup>5</sup> No caso brasileiro, é importante ressaltar a observação de Lamparelli (1998, p.282) sobre o planejamento urbano das grandes cidades, como era o caso de São Paulo, onde a SAGMACS mais atuou: “A questão urbana ainda não se configurava a não ser pela rejeição às grandes cidades. Estas já vinham sendo objetos de planos e intervenções significativas, mas quase sempre visando à desconcentração, sem lograrem reverter a tendência das aglomerações de grande porte”.

<sup>6</sup> Nessa mesma ocasião, o Pe. Lebrét ministrou durante vários meses um curso de Introdução Geral à Economia Humana na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), onde reuniu um público heterogêneo formado por quadros da alta administração, engenheiros, médicos e membros na elite católica paulista. O curso encontra-se organizado em quatro volumes, na biblioteca da FESPSP.

<sup>7</sup> Os autores destacam a influência dos estudos de Josué de Castro (Geografia da Fome, 1946 e Geopolítica da Fome, 1951) na aproximação de Lebreton com o tema do subdesenvolvimento. Na obra de Lebreton intitulada *Suicide ou survie de l'occident?* (1958), é citado o livro de Josué de Castro (1951) como “um grito de alerta à humanidade”.

<sup>8</sup> A metodologia de trabalho de Lebreton encontra-se minuciosamente detalhada em Lebreton, 1961 e 1962b. Os estudos da SAGMACS seguem esta metodologia, sendo aperfeiçoada de acordo com as exigências do objeto de estudo. Verifica-se claramente, em todos os trabalhos, um método de pesquisa sociológica, com roteiro de análise, método e materiais semelhantes, bem como a unidade de análise e sua finalidade.

<sup>9</sup> Conforme Lamparelli (1998, p.281) denominou a SAGMACS: “uma instituição pioneira de consultoria [...]”.

<sup>10</sup> Essa dupla inserção profissional é novamente citada pela autora e por Lamparelli (LEME e LAMPARELLI, 2001). Nesse texto, é abordada a contribuição inaugural de Lebreton nos estudos de planejamento urbano em São Paulo.

<sup>11</sup> Os autores destacam que, como era uma equipe grande nas três dimensões do engajamento técnico-profissional, administrativo e político, perderam um ponto de apoio e de coesão. Com a cassação e perseguição de políticos, a equipe técnica se viu sem nenhum trabalho, havendo o esvaziamento do escritório. Encerrou-se assim os destinos dos grupos e equipes de Economia Humana e SAGMACS no Brasil.

<sup>12</sup> Dentre os continuadores de Le Play, dois sociólogos franceses são citados por Valladares (2005) como inspiradores de Lebreton: Henry de Tourville (1842-1903) e Edmond Demolins (1852-1907). Tourville foi um dos principais representantes da Escola da Ciência Social de Le Play. Introduziu, junto a Demolins, modificações importantes nos métodos de investigação propostos por Le Play.

<sup>13</sup> Frédéric Le Play se dedicou às pesquisas sociais com métodos de observação direta e tratamento estatístico que resultaram num conjunto de monografias. Elaborou trezentas monografias de famílias operárias, material que forneceu os dados básicos de sua concepção sociológica. Entre seus trabalhos têm destaque: *Les ouvriers européens* (1855), e *La Réforme sociale en France* (1864).

<sup>14</sup> In Pelletier, Denis. *Economie et Humanisme. De l'utopie communautaire au combat pour le tiers monde: 1941-1966*. Paris: Ed du CERF, 1996. Segundo o autor, os ensinamentos de Le Play chegaram ao Brasil, principalmente, através do arquiteto francês Donat Alfred Agache quando realizou no Rio de Janeiro o seu primeiro plano, em 1927. A prática da pesquisa que o aproxima da ciência do urbanismo vem também da tradição da sociologia aplicada.

<sup>15</sup> No *Guide pratique de l'enquête sociale* Lebreton procura responder como se conceitua a pesquisa; qual a sua natureza metodológica; e quais as possibilidades de sua aplicação nas ciências sociais. Ele sistematiza todo um corpus relativo à teoria da pesquisa, às análises urbana e rural e à pesquisa com objetivos regionais (LEBRETON, 1958).

<sup>16</sup> A escolha das pessoas competentes dependia do assunto e da unidade a ser analisada (DELORENZO NETO, 1959).

<sup>17</sup> Temas como democracia, participação, comunidade e cooperação entre poder público, população e técnicos podem ser encontrados em Lebreton (1950; 1961) e SAGMACS (1962; 1958a, 1954).

<sup>18</sup> Lebreton elaborou um guia prático de pesquisa social, intitulado *Manual de encuesta social* (LEBRETON, 1961 e 1962b), que veio a substituir o anterior, publicado por *Economie et Humanisme*, intitulado *Méthode d'enquete* (1944). O sistema proposto no Manual parte de todo um processo científico: observação; classificação das situações; constituição de grupos; ensaio para elaboração de leis gerais; determinação de erros aproximados. Além da preocupação científica o Manual orienta para o bem comum e se prolonga até a intervenção.

<sup>19</sup> Na América Latina, na década de 1960, uma parte do clero e dos leigos cristãos – em particular católicos – vai sentir a necessidade de utilizar o método marxista de interpretação e transformação da realidade. A convergência, em setores da igreja, de cristianismo e marxismo, não resultou de qualquer conspiração ou estratégias de grupos, mas essencialmente de uma evolução interna da própria igreja, a partir de sua própria tradição ou cultura (LÖWY, 1989).

<sup>20</sup> Dentre os objetivos declarados da Fundação Leão XIII, segundo Valladares (2005), estavam: assegurar assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro, fornecendo escolas, dispensários, creches, maternidades, cantinas e conjuntos habitacionais populares. A Fundação abandonara a atitude repressiva e a condenação moral para pregar a educação social e a integração.

<sup>21</sup> Lamparelli *et al.* (1981), falam sobre a discussão que existia dentro da SAGMACS sobre a neutralidade do técnico. Havia um grupo que acreditava na neutralidade do técnico – pois ele forneceria as necessidades e os caminhos, mas seriam os políticos que decidiriam. Dessa forma, qualquer tipo de análise técnica estaria isenta de uma posição política. O outro grupo combatia essa neutralidade, pois era preciso um engajamento político e uma opção em termos de escolhas engajadas.

<sup>22</sup> Neste trabalho, Amaral (2001) recupera o histórico da participação popular nos programas e projetos de habitação no Brasil.